



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I- CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO**

ADEILSON PAULINO DE BARROS

**TENDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOBRE O GÊNERO E EDUCAÇÃO: UM
BALANÇO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE,
PB**

CAMPINA GRANDE – PB
2012

ADEILSON PAULINO DE BARROS

**Tendências na Educação Infantil sobre o gênero e
educação: um balanço na cidade de Campina
Grande, PB**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de graduado.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Elvira Bezerra Pessoa

CAMPINA GRANDE – PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

B277t Barros, Adeilson Paulino de.
Tendências na educação infantil sobre o
gênero e educação [manuscrito] : um balanço na
cidade de Campina Grande, PB / Adeilson
Paulino de Barros, 2012.
38 f. : il. color

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Elvira Bezerra Pessoa
, Departamento de Pedagogia”.

1. Educação 2. Educação Infantil 3. Prática
Docente I. Título.

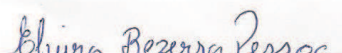
21. ed. CDD 372

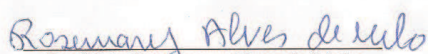
ADEILSON PAULINO DE BARROS

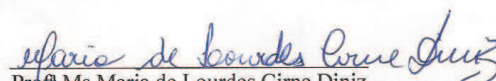
**Tendências na Educação Infantil sobre o gênero e
educação: um balanço na cidade de Campina
Grande, PB**

Aprovado em 30 de Novembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª. Elvira Bezerra Pessoa
Orientadora


Profª Ms. Rosemary Alves de Melo
Examinadora


Profª Ms Maria de Lourdes Cirne Diniz
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a sete pessoas, as quais faço referência as cores do arco-íris, ou ainda mais as cores da bandeira do movimento GLTB, a qual estou incluído e defendo, são pessoas queridas, valentes, que me ensinaram o verdadeiro sentido de ser gay, porque elas estavam ali, me apoiando, me esclarecendo que eu tinha que ser “eu”, não poderia ser “outro” fantasiado com modelos que me deprimia, essas sete pessoas foram as que devolveram a magia que havia perdido dentro de mim, ir em busca além do arco-íris o meu tesouro: minha verdade, minha essência.

Hoje sou feliz, por minha identidade, minha orientação sexual, e se minha vida é tão colorida, é porque eu tenho diversidade de sentimentos aprendidos pelas cores que encantam, embelezam o meu dia-a-dia,

A cor vermelha representada por minha Mãe essa cor habita em mim sempre, desde o nascer até a minha morte, a cor Laranja ao meu Pai, que tanto lutei na infância, com medo. Hoje é cor da força, da superação, do apoio, o porto seguro. Com a vinda da cor Amarelo, representada por Mércia minha eterna amiga, meus dias ficaram cheio de luz e caminhei seguro, quando tive as palavras de boa sorte e esperança depositadas em mim pela cor verde representada pela educadora da vida Maria Alice, foi que segui em frente. Agora a cor que encanta o meu coração, me faz acalmar, viver intensamente, e é também a cor do meu curso de Pedagogia, representado por Lucas, o meu primeiro aluno, que é também meu grande amigo. A cor anil, foi a única que não identificava com ela, mas ela estava lá, era o meu outro lado, misturamos as nossa cores, era a cor que precisava, minha companheira e amiga, Carla Liege.

E por fim deixei a cor que mais me inspirou, quando vi e disse dentro mim no primeiro encontro, aquela cor tinha sabedoria, representava minha sede de conhecimento, de alívio, de orientação, de dever cumprido, as chaves que abria as portas da prisão, que dava acesso a nova visão de mundo, descobria a verdade que buscava. A cor violeta ou lilás, a cor do movimento feminista, representada por minha orientadora do meu TCC e da minha nova vida: Elvira Bezerra.

Enfrentar preconceitos é o preço que se paga por ser diferente.
Luiz Gasparetto

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise reflexiva sobre o homem como professor de Educação Infantil, visto que este espaço é extremamente feminino e o masculino não tem um lugar de destaque. Entende-se que o cuidar materno está ligado a mãe e fica bem representada por uma mulher. No entanto fica difícil o homem ocupar esse espaço. Durante a nossa investigação tendo como instrumento metodológico o questionário, sendo a pesquisa de cunho qualitativa. Tendo como estudos os teóricos como OLIVEIRA (2002), ALMEIDA (1999), REDIN (2007), JÚNIOR (2010), PICAZIO (1999) entre outros. Vimos que o sentido do cuidar está associado como uma caracterização das atribuições do sexo feminino, e as gestoras de redes públicas não vêem problema em aceitar em suas instituições profissionais do sexo masculino no momento que tem uma visão que este cargo não é atribuição de um determinado gênero e sim, sua habilitação e competência. Neste sentido pretende-se desmistificar que essa profissão não é específica de um determinado gênero, podendo ser exercida por quem se qualificou, sendo as instituições infantis um dos caminhos para desconstruir esse preconceito que está enraizado ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, Gênero, Prática docente.

RESUMEN

El presente trabajo hace un análisis exhaustivo sobre el puesto que ocupa el varón como profesor de Educación Inicial. Se observa que este espacio es mayoritariamente femenino dejando relegado al género masculino. Aparentemente esta ligado al cuidado materno es por ello que la maestra ocupa un lugar importante en representación de la madre, y el maestro queda en un segundo plano. Durante mi investigación tengo como instrumento metodológico el cuestionario. Teniendo como estudios los teóricos como OLIVEIRA (2002), ALMEIDA (1999), REDIN (2007), JÚNIOR (2010), PICAZIO (1999) entre otros. Se puede observar que el sentido del cuidado está asociado como una caracterización de las atribuciones del sexo femenino; aunque, la gestión de las redes públicas no tienen ningún problema en aceptar en sus instituciones profesionales del género masculino; actualmente se tiene una visión que esta posición no es la asignación de un género en particular, sino dependerá de sus habilidades y competencias para ejercer el cargo. En ese sentido, se pretende desmitificar que esa profesión no es específica de un determinado género, pudiendo ser ejercida por quien sea mayormente calificado para el puesto, siendo la escuela uno de los caminos para destruir ese preconceito que está enraizado a lo largo del tiempo.

PALABRAS-CLAVES: Educación Inicial. Género. Práctica Docente.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
1.1 Objetivo geral	
1.2 Objetivos específicos.....	12
2. Fundamentação teórica	13
2.1 Educação infantil no Brasil.....	13
2.2 O feminino como marca da educação infantil.....	16
2.3 O cuidado na educação infantil uma perspectiva eminentemente feminina.....	18
2.4 Educadores homens na educação infantil.....	22
2.5 Um olhar de gênero na educação infantil.....	24
2.6 O perfil do profissional da educação infantil.....	27
3. Metodologia.....	29
4. Resultados e discussão	30
5. Conclusão.....	36
6. Referências	37

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil atende crianças de 0 a 05 anos e tem como finalidade proporcionar o cuidar e educar em conjunto com a família. A educação infantil acontece no âmbito privado, público, municipal e estadual segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n 9394/96).

Gênero é uma construção que se dá durante toda a vida, isso acontece em diferentes instituições e práticas sociais que constituem os sujeitos como homens e mulheres em um processo que não tem fim, nem se completa. Os sujeitos se fazem homens e mulheres continuamente, de maneira dinâmica, aprendida nas diferentes instituições sociais que expressam as relações sociais de gênero, ou seja, são generificadas. A escola é uma dessas instituições que tem transmitido e reproduzido, por meio de suas práticas sociais, valores e comportamentos, considerados adequados, formando sujeitos masculinos e femininos.

Partindo do pressuposto da formação exigida pelos documentos da LDB e do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil) um aluno do curso de pedagogia para lecionar a docência precisa cumprir com componentes da educação infantil, visto que os estagiários do sexo masculino ao adentrar nestas instituições são visto com outros olhares e classificados como homossexuais. Há estudantes que optam por essa escolha, no caso ter tido identificação com a área, mas a realidade é outra; o quadro de funcionários nestas instituições sendo na maioria por mulheres, e o requisito de aceitabilidade deve está nos modelos característico do perfil de educadoras maternas, desfigurando o sentido do trabalho docente como é proposto no RCNEI.

O homem encontra muitas dificuldades e limites para atuar como professor de Educação Infantil, fator esse que fez com que eles migrem para outras áreas profissionais. Historicamente podemos observar que essa profissão sempre foi exercida por mulheres, pois elas têm o dom de ser mãe e quando um homem adentra este espaço principalmente na educação infantil enfrenta preconceitos e barreiras sexistas. A escola deveria se caracterizar em um espaço que não excluísse e sim uma aliada nos quebras de paradigmas. Sendo um ambiente que não tivesse tanto desencontros em suas ações.

Ainda está longe da escola aceitar o homem como professor, existe barreiras sexista , não se problematiza essa questão , acaba-se reproduzindo um modelo social arcaico , longe do que se rezam os documentos que regulamenta a educação brasileira, como esta explicito no resultados deste trabalho.

Pouco se tem de escrito sobre a feminização do magistério o que se sabe que aos poucos as mulheres foram ocupando um espaço que era extremamente masculino, hoje a mulher é vista como a melhor representação pelo simples fato o dom “natural” de ser mãe, pois, a educação infantil é vista como uma extensão do lar e de responsabilidade de mulheres. Como afirma Carvalho:

Predomina uma visão maternal e feminina na docência no curso primário, colocando em relevo os aspectos formadores, relacionais, psicológicos, intuitivos e emocionais da profissão, frente aqueles aspectos socialmente identificados com a masculinidade, tais como a racionalidade, a impessoalidade, o profissionalismo, a técnica e o conhecimento científico (1998, p. 5).

Presenciando as angustias dos estudantes do sexo masculino do curso de Pedagogia da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), e dos demais profissionais da área de educação infantil, ao se depararem com preconceitos no âmbito do estágio e no mercado de trabalho, pois seus gestores ao preferir mulheres para lecionar na educação infantil, concretizando ainda que o mercado de trabalho tem dois sexos, nessa perspectiva surgiu esta pesquisa em avaliar as influências na questão de gênero que o educador masculino enfrenta ao optar exerce a docência no ensino infantil.

O trabalho está estruturado no referencial teórico que tem como contribuições os teóricos como OLIVEIRA (2002), ALMEIDA (1999), REDIN (2007), JÚNIOR (2010), PICAZIO (1999), entre outros que contrapõe os resultados e discussões coletados durante aplicação do questionário com as gestoras e coordenadoras das instituições de educação infantil, sob a luz de um paradigma feminista, programas de inclusão e de políticas públicas nacionais para a qualificação dos profissionais da educação, e de acordo com os principais documentos oficiais que regulamenta o ensino infantil no processo educacional diante da formação docente, respeitando os direitos de todos os envolvidos nesta primeira etapa da educação básica.

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar as influências sobre a questão de gênero que o educador masculino enfrenta ao optar exerce a docência no ensino infantil.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar um levantamento na cidade de Campina Grande- PB sobre a inserção de educadores no ensino infantil nas instituições públicas e privadas de ensino;
- Analisar os documentos oficiais da educação: como LDB de 9.394/96 e o RCNEI;
- Compreender as influências históricas que contribuíram para a exclusão e a inclusão de educadores do sexo masculino no ensino infantil;
- Esclarecer a contribuição que os documentos da Constituição de 1988 e Programa Brasil sem Homofobia exercem na aceitação de profissionais masculinos no magistério;
- Identificar as posturas que ocorrem com professores homens diante do seu perfil profissional e pessoal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação infantil no Brasil

A educação infantil é espaço sistematizado de saberes no processo de ensino e aprendizagem no desenvolvimento cognitivo, social, histórico, cultural, psicomotor, econômico de uma criança, ou seja, integral: mediado por um profissional educacional habilitado.

Considerada como primeira etapa da educação básica de um indivíduo, a educação infantil é assegurada pela Lei 9.394/96 LDB, que estabelece a inclusão das crianças na creche de 0 a 3 anos e na pré-escolas de 4 a 5 anos, segundo o novo ordenamento legal pela Resolução de nº 3, de 3 de Agosto de 2005. Assim fica assegurado o direito da criança a educação infantil pela constitucional de 1988 pela ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente de nº 8.069/90).

O espaço vivido por essas crianças nestas instituições sendo as creches e pré-escolas de responsabilidade pública, enquanto as instituições privada chamam de educação infantil, seria o espaço ideal para a formação e do desenvolvimento das crianças tanto discutida e refletida pelos os psicólogos, pedagogos, psicopedagogos que estão sempre com os estudos voltados para está área da iniciação das crianças em espaços escolares.

Ao adentrar as instituições de educação infantil, sejam nas observações feitas como estagiários ou como pesquisador percebe-se uma diferença em relação à pública da privada: na rede privada inicia o processo educacional pela educação infantil na mesma instituição enquanto na pública são separadas, a educação infantil e de responsabilidade dos municípios.

As estruturas físicas destas instituições são chamativas e atrativas para as crianças com: os parques infantis, tanques de areia, desenhos dos personagens preferidos das crianças estampadas nas paredes, brinquedos dos tecnológicos a sucatas, para além disso existe algumas instituição que atende em tempo integral no caso das creches com berçários e maternais.

As rotinas que dão vida a ação pedagógica destas instituições, começando pela entrada das crianças, são trazidas por mães, pais, tios, tias, amigos, irmãos mais velhos de acordo com a necessidade de cada família.

As crianças chegam logo cedo e são habituadas numa rotina preestabelecida, havendo modificação apenas nas datas comemorativas que são combinadas entre corpo pedagógico, quais as que atividades serão desenvolvidas com as crianças.

Seguindo, vem às acolhidas por parte dos profissionais das instituições, são retiradas as roupas das crianças que vem de casa e substituídas pela farda da creche. Antes de o café ser servido, as “tias” cantam com as crianças, uma atividade pedagógica é aplicada, ao término segue para os pátios ou banco de areia para recreação livre, os prés e os maternais fazem sempre essa atividade em horários distintos, enquanto nos berçários se houver na instituição as crianças permanecem com as “tias” porque são pequenas demais, e tem algumas que ainda não andam.

Já a saída das crianças de retorno as suas casas depende do tempo, se for integral elas passam o dia inteiro na instituição como é caso dos berçários e dos maternais, em tempo parcial são dos prés que tem turmas nos horários da manhã e da tarde, esse tempo parcial também acontece nas instituições da rede particular.

Durante essas rotinas que os profissionais da educação infantil, farão os seus diagnósticos, através da observação em relação ao desenvolvimento da criança no seu cotidiano, assim avançar de acordo com as faixas etárias.

A educação infantil apresentada até então neste trabalho, é a visão do tempo real, ou seja, o tempo cronológico que estamos vivendo neste século XXI na cidade de Campina Grande. Mas isso não aconteceu em séculos passados, foram constantes lutas de movimentos sociais, movimentos feministas e movimentos de profissionais da área da educação que reivindicaram por políticas públicas educacionais, até a formação de leis que garantisse a regulamentação desses direitos. Não estamos ainda no patamar de perfeição neste segmento educacional, porque ainda existem vestígios históricos que influenciam na formação de profissionais nesta área, um deles é a questão de gênero o que vamos descrever neste trabalho.

Daí a importância da história da educação infantil no Brasil para entender a trajetória que esse segmento de ensino sofre ao longo de sua formação.

Em meados do século XIX no Brasil, não existia nem uma instituição voltada para o ensino de crianças, como todo fluxo era no meio rural os coronéis existente contratava preceptores para educar seus filhos, ficando de fora o restante das crianças como negros, crianças indígenas, até mesmo aquelas com algum tipo de deficiência. A parti da segunda metade do século XIX, que vai se pensando na criança, surge uma forma de atendimento a criança pequena no Brasil, ou seja, como diz (OLIVEIRA, 2002, p. 92) “(...) iniciativas isoladas de proteção a infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época, com a criação de entidades de amparo.”

Era uma forma do governo de maquiagem a situação em relação ao atendimento as crianças, uma forma assistencialista e compensatória, essas instituições mais conhecida como

asilos, ou ainda local de depositar crianças que viviam nas ruas, essas crianças era pobres e filhos de escravos, parece que essa a ideia permanece ainda hoje, que as crianças pobres e baixa renda dever ter esse atendimento como forma de guarda as crianças, e retira-las das ruas. Porém, existia educação só para os filhos da elite, como hoje temos essa realidade, enquanto da rede particular tem o sentido de preparar as crianças para a sociedade, a da rede pública tem objetivo de educar e cuidar as crianças de forma de assistencialismo.

Logo se inicia um melhoramento com as ideias do movimento da escola nova, uma revolução ideológica, com o movimento dos pioneiros da educação que defendia a educação para todos, surge os jardins-de-infâncias com ideais dos franceses, um modelo que não correspondia com nossa realidade e nem com a realidade das crianças brasileiras.

No início do século XX, com surgimento da industrialização, da urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho, se pensou com quem deixar essas crianças, daí surge as “criadeiras”, mulheres que ficariam com seus filhos enquanto estava trabalhando, mas para mulher não teve muito sucesso com a vinda dos imigrantes, algumas delas foram substituídas pela mão-de-obra barata deles. Eles vendo que o baixo salário que era oferecido, as mais condições de trabalhos, e que suas esposas tinham que contribuir no orçamento familiar, havia mais um problema a ser solucionado não tinha com quem deixar seus filhos e isso ocorria exploração do trabalho infantil em algumas situações, esses imigrantes reivindicaram os seus direitos através dos sindicatos orientado pelos movimentos ocorridos na Europa e Estados Unidos, surgindo as primeiras creches, e aquelas mulheres que haviam sido retiradas do mercado de trabalho, assume desta vez a tarefa de cuidar desta crianças. E o trabalho desenvolvido nestas instituições criado pelas empresas tinha como a preocupação de: “(...) alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado á educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças. (OLIVEIRA, 2002, p. 101).

Como vimos durante a trajetória da educação infantil no Brasil muito se avançou com as leis promulgadas e muito ainda deve ser discutido, repensado para avançar ainda mais, e ser retirado o sentido que ainda existe na educação infantil como uma educação voltada para assistencialismo, forma compensatória, e mais ainda a desvalorização do profissional em nível salarial como intelectual uma das prioridades da educação é a formação de cidadãos para uma sociedade justa e igualitária, o Ministério da Educação e Desporto (MEC) em 1998 cria o ponto de partida que é o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil) dando embasamento teórico aos professores que atuam nesta área como próprio documento confirma na carta de apresentação:

Este documento é fruto de amplo debate nacional na qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com crianças, contribuindo com conhecimentos diversos provenientes tanto da vasta e longa experiências prática de alguns, como da reflexão da acadêmica, científica ou administrativa de outros. (BRASIL,1998,p.6)

Assim marca a importância que confirma as leis, o RCNEI, é um avanço para educação infantil, deixando essa caracterização de assistencialismo que ao longo dos anos estas instituições exerciam a função de apenas receber a crianças para cuidados específicos que eram desenvolvidos em casa, tornando a instituição uma extensão do lar, esse referencial marca o início de uma sistematização da escolarização como parte inicial do seu processo educativo.

De acordo com a LDB o curso de pedagogia possibilita a formação e a habilitação deste profissional nesta área, mas uma das questões preocupante que vem assolando a vida dos estudantes do sexo masculino nos cursos de ensino superior, é que estes espaços frequentemente são compostos por mulheres, e fica a pergunta será que terá vaga no ensino infantil para este profissional do sexo masculino? Essa resposta será respondida no decorrer do trabalho com os próximos itens e com as análises feitas nos resultados e discussões que abordam.

2.2 O feminino como uma marca da educação infantil

O espaço de educação infantil é marcado pela presença feminina, seja nas instituições pública ou privadas, suas presenças são confirmadas salas de aulas, nos berçários, nos maternais, nos pré-escolares esta profissão ainda respira sob o paradigma do magistério feminino, ou seja, uma profissão voltada para vocação, um dom maternal presentes nas mulheres.

Para recorrer o entendimento dessa marca presente na educação infantil, tendo as mulheres como detentoras do saber neste segmento de ensino têm o embasamento teórico de Almeida (1996) que contribuir para esclarecer o processo histórico que se deu a inserção das mulheres no magistério, antes uma profissão exercida apenas pelos os homens. Depois dos movimentos feministas e de novas formas de governos que iam surgindo; às mulheres tiveram oportunidades de exercer sua parte como “sujeito” na sociedade, porque antes nem mesmo tinham direito ao voto e a estudar, mas a partir da década de 30 elas começaram a se unir e reivindicar por sua participação na vida política e pública.

Almeida (1996, p.73) diz:

Assim, as mulheres poderiam e deveriam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão – o magistério – o colaborassem na formação das gerações futuras, porém a coordenação e as diretrizes básica da escolarização manter-se-iam sob lideranças masculinas, cabendo aos homens a primazia na tarefa de dirigir e organizar o ensino e de selecionar conteúdos escolares.

Vimos ai, que a mulher não tinha atingido um patamar mais solido na educação, tinha domínios do masculino no processo de escolarização. Um dos pontos que contribuíram ainda mais para as mulheres ocuparem o espaço antes dos homens: quando foram criadas as primeiras Escolas Normais que preparava os profissionais para o magistério, as mulheres com bastante interesse de ingressaram nestas instituições de formação não perderam a oportunidade de ingressar nestas instituições como está explícito abaixo:

Com criação da seção feminina no seminário da Glória em São Paulo, no ano 1876, que fechou dois anos depois, reabrindo em 1880, esta rapidamente torno-se uma escola procurada cada vez mais pelas mulheres, uma que ficava explicita a funções de dar, as boas moças que a ela se dirigiam, formação profissional, aumentar a instrução e preparar boas mães e donas-de-casas (ALMEIDA,1996, p73).

Como visto o currículo deste curso estava associados aos papeis sociais culturalmente construídos, legitimados as condições que o sexo feminino tinha como atribuições, e como este setor profissional não tinha prestígio social marcado por baixos salários, os homens foram se retirando deste cargo, deixando as mulheres que vinha da classe pobre exercerem o magistério, no entanto as mulheres da camada pertencente a elite tinha seus esposos para lhes sustentar.

Marcados pelos movimentos feministas nas décadas de 60 e70, ou seja, teve um movimento efervescente das mulheres, a 30 anos aproximadamente elas apenas queria participar da vida pública e política, mas agora queria igual aos sexo masculino nos referimos a ideia que trazia de igualdades de direitos, ou seja, as mulheres estariam aptas a assumir qualquer cargo igual aos homens, com esse movimento surge o conceito de gênero que abordaremos mais tarde no item um olhar de gênero na educação infantil.

Entretanto, com a retirada dos homens do magistério, e o currículo voltado para as atividades domestica, consolidou de uma vez por todas a presença maciça das mulheres na educação infantil, marcando o feminino e colocando como espaço de extensão ao lar da

criança, des – intelectualização do trabalho docente na educação infantil, já que esse trabalho é associado a feminilidade como diz Teixeira (2010, p. 36) que é “fruto de micropolítica escolar”.

Por muito tempo, o processo de escolarização era dividido pelos sexos, e a inda existe vestígios desta prática em algumas instituições, principalmente na educação infantil como está explicito na citação de Júnior (2010, p.26): “Homens e mulheres são educados de maneiras completamente diferentes e nestas diferenças está implícita uma valorização distinta de cada gênero, que termina por afirmar e gerar desigualdades entre eles”.

Os comportamentos aceitáveis por essa micropolítica escolar que defini os papéis sociais dos sexos de acordo com o gênero, caracterizam a educação infantil como papel também aos cuidados das crianças as mulheres, já que é perspectiva eminente feminista. Como acrescenta Oliveira (2002, p.58) “Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos com tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres”.

Temos o senso comum, que as mulheres são educadoras legítimas e perfeita para a educação infantil, com consequência disso, a formação inicial e continuada é insuficiente, remuneração inferior a outras modalidades educacionais, como por exemplo, o ensino fundamental. Porque não se tem interesse por parte dos governos em melhorar esse segmento, se a presença ao modelo de mãe é de uma construção social e histórica, e não se faz necessário investir a qualificação destes profissionais que já tem habilidades, ou mais conhecida como prendas domésticas.

2.3 Cuidado na Educação Infantil uma perspectiva eminentemente feminina

Acalmar choros, fazer a criança dá sorrisos, abraçar as crianças, brincar, trocar fraldas, colocar as crianças nos colos, dar banhos, cantar, contar histórias, colocar para dormir, trocar e vestir as roupas, dá comida na boca, colocar as crianças em fila para passear pela instituição, levar a criança para o banco de areia, evitar as brigas entre elas, todas essas atividades são cuidados e atividade pedagógicas que os profissionais da educação infantil lidam e exercem no cotidiano das rotinas vivenciadas nas instituições infantis, mas também poderiam ser identificadas como atividades desenvolvidas pelas mulheres e principalmente por mães em suas casas.

Diante desse conjunto de ações desenvolvidas no cotidiano das instituições infantis Redin chama de prática pedagógica e diz que ela é a:

[...] nossa atuação como profissionais da educação, e aqui me refiro mais especificamente aos profissionais da educação infantil, consiste no tempo/espaço em que nos deparamos com a sala de aula, ou seja, quando estamos frente a frente com a infância, antes abstrata, conceitual, pensada e discutida durante a nossa formação, agora materializada num tempo lugar (2007, p.83)

Temos dois equívocos presente na educação infantil, a primeira é realização das práticas pedagógicas que são desenvolvidas com as crianças nas instituições, e a segunda por quem é desenvolvida pelo gênero mulher será responsável por essa mediação do ensino e aprendizagem das crianças para seu desenvolvimento integral. Ainda hoje é considerada importantes as expressões ditas pelas mulheres quando optam por ser educadoras infantis quando de Almeida (1996, p.75) refere-se as frases conhecidas por nós no início de apresentações nos cursos de formação ou por quem tem curiosidade de saber sua opção a este cargo, “ gostar de criança” e “gostando do que faz” e como o cuidar, educar é considerado como uma profissão, fica claro que as mulheres que são sentimentais, ideológicas cumpram essa tarefa com mais facilidade por apresentarem características culturais que são atribuídos para o sexo feminino, como explica melhor na citação: “[...] gostar deste trabalho, acreditar na educação e nela investir como individuo também configura como ato de paixão, a paixão pelo possível, sentimento derivado do sentido do ser e da existência que incorpora o desejo às possibilidades concreta da sua realização” (ibid,1996,p.76).

Sentimentos esses que não é característico do universo do sexo masculino, que segundo a educação que os homens tiveram, eles não dever exercer esse tipo de atividade e sim serem beneficiados por estes serviços oferecidos pelas mulheres, é dessa forma que encontramos em certas instituições infantis, e também como objetivos de tais instituições, como Júnior (2010, p.21) nos confirma esse fato na sua citação:

Um macho que se preze é agressivo na vida e com as pessoas, caracteriza-se pela vontade de poder, de domínio, exige subordinados e subordinações, notadamente das mulheres. Um macho não deixa transparecer publicamente suas emoções e, acima de tudo, não chora, não demonstra fraquezas, vacilações, incertezas.

Então, o educador do sexo masculino não estaria com o perfil adequado para exerce essa profissão, assim teria que assumir características do sexo feminino para ser aceito, porque a maior preocupação do currículo para educação infantil segundo o próprio RCNEI cita nas características da formação do profissional é no: “[...] desenvolvimento emocional da

criança pequena resultou em proposta nas quais, principalmente nas creches os profissionais deveriam atuar como substitutos maternos” (BRASIL,1998, p.18).

O outro equívoco está presente na metodologia do profissional no momento em que a prática é voltada ao cuidar, fica entendido que esses cuidados são físicos que descaracteriza o sentido da educação infantil de acordo com os princípios do referencial para educação infantil como caracterizam as crianças ser integral.

O RCNEI (BRASIL,1998, p.18) diz que: “Há práticas que privilegiamos cuidados físicos, partindo de concepções que compreendem a criança pequena como carente, frágil, dependente e passiva e que levam a construção de procedimentos todo o tempo dependente da ação do adulto”.

Entretanto, o processo educacional integral da criança na educação infantil fica ameaçado, no momento que confirma o desconhecimento por parte dos profissionais existentes na educação infantil das instituições do referencial para educação infantil que integra o cuidado ao educar, que não devem ser separados. Desprezado os aspectos afetivos, cognitivos, sociais, econômicos, culturais da criança.

O que deveria acontece com as instituições infantis, era incorporar o ato de educar e cuidar de forma integrada nas suas práticas pedagógicas, porque elas não estão dissociadas uma da outra como o RCNEI conclui:

Educar significa, portanto propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que se possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social, cultural. Neste processo a educação podem auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas na perspectiva de contribuir para formação de crianças felizes de saudáveis (BRASIL,1998, p.23).

Compreendemos que ao contemplar essa integração do educar e cuidar, fica a cargo do profissional a tarefa seguinte de conhecer que são essas crianças, suas realidades, o contexto e principalmente planejar para exercer sua prática, confirmando a criança como sujeito prioritário neste segmento, com isso é preciso reafirmar que: “Planejar na educação infantil é facilitar/alimentar o espaço/tempo para que a criança não perca sua característica de ser, lúdico, criativo, imaginante, poético, barulhento, características que fazem parte das culturas infantis” (Pinto & Sarmiento, 1997).

A triste realidade nos estágios e nas práticas que são estabelecidas como rotinas pela instituição e quando vamos a buscar da proposta pedagógica o que encontramos é: “uma listagem de ações, que giram em torno da alimentação, higiene, descanso, entrada , saída, “trabalhinhos” hora do canto, hora disso e hora daquilo”(REDIN, 2007, p.91).

Todo esse trabalho que é realizado pelo educador infantil poderia ser dito que não precisa de planejamentos e nem de estudos científicos para sua realização, ou ainda que esse tipo de trabalho é um dom, vocação das mulheres, uma rotinas que está internalizadas com extensão do lar, desfigurando o perfil do educador da educação infantil e desprezando o RCNEI e as proposta da Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil que de acordo com a Resolução de nº 5, de 17 de dezembro de 2009 para a educação infantil sendo:

O currículo da educação infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL,2010, p.12).

Ainda nas diretrizes na sua compreensão de educação infantil, confirma que essa profissão do magistério em espaços infantis não deve ser considerada como extensão do lar, veja abaixo:

A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos a controle social.(2010, p.12)

2.4 Educadores homens na educação infantil

Quando estamos diante meios de comunicações, lemos ou visualizamos as chamadas da publicidade em busca de profissionais de ambos os sexos para serem consultores ou revendedores de produtos de cosméticos, uma profissão ocupada até certo tempo pelas mulheres, se pensava que elas além de serem as únicas consumidoras destes produtos seriam ideais para se relacionar, terem paciências com o sexo que correspondia ao seu, hoje esse

mercado de trabalho é ocupado por ambos os sexos, esta não é apenas um exemplo de cargos que ambos estão assumido, igualando as competências, vimos que temos uma mulher no poder político, no cenário nacional como a primeira presidente do Brasil, que até então não se acreditava que a mulher teria competência para exercer esse cargo, como no momento histórico quando a mulher conseguiu o direito de votar na década de 30.

No próprio curso de pedagogia da UEPB o quadro de estudante praticamente composto por mulheres, quando se tem um estudante do sexo masculino, são estigmatizados por afeminados, tendo a formação em licenciatura, com dois componentes curriculares referentes à Educação Infantil, com dois componentes curriculares de estágios em educação infantil, sendo um de observação e outro de prática.

O que não é esclarecido teoricamente, por não existe estudos voltados para a presença masculina na educação infantil, que este estudante poderá ter ou não uma recepção agradável nas instituições, pois enfrentará no campo de estágio, um cargo ocupado pelas mulheres atualmente, uma profissão considerada feminina, este profissional do sexo masculino não é aceito pela coordenação, pelas famílias das crianças e por demais profissionais, e mais ainda pela sociedade em geral.

Para muitos dos coordenadores, gestores da educação infantil e com a própria família das crianças a presença de um profissional do sexo masculino na instituição traz riscos as vidas e os comportamentos das crianças. O primeiro seria a possibilidade do abuso sexual que é definido como: “qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividade sexuais que ela não corresponde, não consente, violentando assim as regras sociais e legais da sociedade” (Pires, 1999,p.114) por parte do educador ou influência de comportamentos esse é lado negativo da presença masculinas na educação infantil.

Durante séculos passado o cargo de professor era do sexo masculino, que a partir dai teve contribuições para educação das crianças, estudos psicológicos foram desenvolvidos, revoluções juntamente com as mulheres e que sua presença marca um ponto positivo que é a presença masculina na instituição, vimos que existe ideias dessa aprovação por partes no momento que ela apresenta a figura do pai, isso seria positivo para alguns. Até mesmo na escola, em casa, nas outras instituições sociais presenciamos as relações de gênero que discriminam por seus comportamentos, assim: “É possível ainda observar o quanto homens e mulheres, meninos e meninas são visto de forma estereotipadas, mostrando o homem como agressivo, forte, racional, ousado, empreendedor e a mulher como passiva, frágil, sentimental” (GRAIDY e KAERCHER, 2001,p.61).

O Programa Brasil Sem Homofobia (2004), do governo federal, vem contribuir com os profissionais que passam ou passará por algum tipo de discriminação no trabalho por sua orientação sexual, no caso dos educadores masculino no ensino infantil, sendo constante, por terem suas vidas particulares sob suspeita e sua prática vigiada por um regime burocrático por gestores, famílias, esquecendo que na mídia também foi divulgadas casos de agressões por parte das mulheres com suas crianças, esse programa tem como objetivos a educação e a mudanças de comportamentos dos gestores públicos e traz como um dos princípios fundamentais no item VII: direito ao trabalho, “garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual”, ou seja, o gênero masculino pode exercer qualquer profissão como as mulheres, não sendo julgado por sua sexualidade. Cabe a esses profissionais desmitificar essa visão preconceituosa diante dele em torno de sua profissão, Júnior sugere que:

Os homens devem, antes de mais nada, ser convencidos de que redefinir o masculino é uma necessidade e uma urgência para os próprios homens. Estes devem lançar fora o fardo que a forma de definir a masculinidade, ainda hegemônica, traz para os próprios homens, as perdas e os danos que essa acarreta (2010, p.29).

Percebe-se na lei Federal de 1988, na lei LDB de 9.394/96 que em seus artigos não trazem como seleção, critério ao tipo de gênero que deva assumir o trabalho na educação, e sim é responsabilidade de todos, e para atender a cada segmento educacional, deverá tem o nível de escolaridade exigida como habilitação para a função, ainda o RCNEI utiliza a denominação “professor de educação infantil” para caracteriza todos os profissionais que trabalhar no ato de educar e cuidar da criança de 0 a 5 anos.

2.5 Um olhar de gênero na educação infantil

Mesmo respaldados por lei, por resoluções, por programas, as políticas públicas criadas para assegurar os direitos de todos os seres humanos em atividades sociais, sem ter discriminação, rejeição por parte da sexualidade, de credo religioso, de raça, etnia etc. Como uma forma de inclusão de uma minoria para a coletividade, percebe-se que precisa ainda caminhar muito, porque ainda existe uma parcela da população no senso comum mesmo estando em academias, possui uma visão reducionista e voltada para classificação, rotulação

de indivíduos que não estariam de acordo com as normas vigentes, maquiando o termo incluir e no mesmo tempo excluindo outros, Schillig questiona: “Um das repostas é pelo exercício da classificação. O que é normal, o que é patológico ou anormal? Esta é uma discussão fundadora e central da sociologia. A que classe social você pertence? Onde você se encaixa, ou então, qual é seu “desencaixe”, seu desvio? (2008, p.16).

No caso de um professor de Educação Infantil, que nasceu em seus órgãos genitais pênis, sacos escrotais, e por genes determinados por xy, consideramos do sexo biológico masculino que apresentam as características fenotípicas e genotípicas. Sendo que a partir do reconhecimento destas características do sexo biológico é que a criança vai receber uma educação voltada para as atribuições que são determinadas ao seu gênero sexual, ou seja, diferenciado sexo oposto ao seu.

Nesta construção de valores, na sociabilidade, vai surgindo em cada indivíduo uma identidade sexual que pode ser fixa, mista, acoplada, a esse conjunto de características sexuais que diferenciam cada indivíduo, através dos sentimentos, atitudes em relação ao sexo, exemplificando ser feminino, ser masculino, e aqueles que são mistos que aceitam o seu sexo biológico e vivem o sexo oposto como os travestis; tem os que não aceitam o sexo de sua genitália como os transgêneros, todas essas classificações diante da identidade sexual ocorrem como cada sexo se sente, se confirma no que se acredita ser, surgindo os conflitos a partir dos comportamentos que por esses são desenvolvidos na sociedade porque:

Tais comportamentos em relação a meninas e meninos, mulheres e homens são vistos como “naturais” ou como parte integrante de uma “essência” feminina e masculina, servindo, muitas vezes para justificar a desigualdade entre ambos. No entanto, as experiências que temos em relação a homens e mulheres, meninos e meninas são construídas numa determinada cultura e num determinado tempo histórico. São essas expectativas que chamamos de relações de gênero. (GRAIDY e KAERCHER, 2001,p.65).

Nas relações de gêneros desenvolvidas em sociedade, são diferenciadas, ou seja, são distribuídas atividades para cada sexo, denominada de papel sexual de cada gênero, são seus comportamentos diante da sociedade, como exemplificamos o professor da Educação Infantil do sexo masculino no início, que é anormal, não é aceito homens na Educação Infantil por se considerado uma atividade voltada ao lar, as tarefas domésticas atribuições socialmente construídas para as mulheres exercer.

Se o professor do sexo masculino optar em assumir uma sala de Educação Infantil, será visto com um olhar voltado para sua orientação sexual, sendo sua escolha a quem se desejar sexualmente e afetivamente se relacionar, nos padrões convencionais, como os héretos que se relacionam com o sexo oposto ao seu, os que fogem do padrão são classificados como homossexuais aqueles que sente felizes ao se relacionar com indivíduos do mesmo sexo, e aqueles que assumi essa posição, tem um estilo de vida de acordo com suas preferências e vivem sua sexualidade abertamente são considerados de gays.

Entretanto, ainda existem os nomes vulgares que são classificados como forma de exclusão como por exemplos: bicha, viado, mulhezinha, fresco, pintosa, alegre, mancha para o homossexual referente ao sexo masculino, e de sapatão, mulher que faz sabão para os homossexuais do sexo feminino.

Todos esses indivíduos classificados como anormais e que não servem para sociedade, e muito menos para exerceram o trabalho na educação por suas influências e risco existentes por sua sexualidade. Essa é uma forma de discriminação e negar toda luta dos movimentos feministas, sociais, educacionais, o que visa como o individuo utiliza sua sexualidade diante da sociedade, como foi apresentado nos quatro aspectos da sexualidade criados por Picazio (1999,p.19): “sexo biológico, identidade sexual, papel sexual e orientação sexual”. O Programa Brasil Sem Homofobia diferencia e desmistificar o preconceito no sentido de sexo e da sexualidade de cada indivíduo que tanto excluir por sua orientação e por sua identidade sexual que não corresponde ao seu sexo biológico, como cita abaixo:

Atualmente a palavra “sexo” é usada em dois sentidos diferentes: um refere-se ao gênero e define como a pessoa é, ao ser considerada como sendo do sexo masculino ou feminino; e outro se refere a parte física da relação sexual. Sexualidade transcende os limites do ato sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações. (BRASIL, 2004, p.29)

Com as contribuições do movimento feminista, em relação às desigualdades entre existente entres os sexos na década de 70, surge um novo paradigma uma visão de igualar o sexo feminino aos menos direitos do sexo masculino como direito a participação na vida pública e política, surge a parti daí o conceito de gênero, que aqui fica entendido como

[...] construção social e cultural de homem e de mulher. Assim, as diferentes organizações sociais estruturam em diferentes períodos da história, modelos de masculinidade e feminilidade e lhe atribuem valores diferenciados e hierarquia. A teoria de gênero afasta da biologia e conduz para as ciências sociais explicações de desigualdades entre os sexos. (ALMEIDA, 1996, p.72)

O que não se pensou que com essa revolução, da inclusão das mulheres, estava surgindo outra exclusão, quando conquistaram o magistério essa profissão ficou como marca característica do feminino, excluindo os homens de ocuparem este espaço, percebe que a mentalidade existente ainda seja no tempo que as mulheres na década de 30, conquistaram o direito de votar e estudar, deixando elas com o magistério para assumi, tendo o homem como responsabilidade de orientar o trabalho pedagógico. Temos uma constituição que igualar a todos, mas ainda não é respeitado, e mais ainda grande parte não tem acesso a essas leis ou conhecimento, o que dificulta o trabalho dos movimentos sociais, que um deles é o GLTB (gays, lésbicas, transgêneros, bissexuais) que na década 80 reivindicaram por direitos civis iguais a todos os outros cidadãos, que era discriminados por sua orientação sexual e identidade sexual não correspondente ao sexo biológico.

Schilling além de levantar as possíveis classificações tanto em nível acadêmico como do senso comum, que incluir e excluir os indivíduos na relações sócias, neste trabalho nos referimos a educação infantil, ele contribui para que aconteça uma nova visão diante do gênero na educação infantil, quando afirma as possibilidades apontadas e seus desdobramento como:

[...] diálogo, negociação de conflitos, aproximações entre aqueles vistos como “diferentes/ inimigos”, não são simples. Constituem um campo de lutas que tem como norte, quem sabe, uma ideia de fraternidade ainda não desenvolvida e muito menos construída. Implicam uma compreensão dos usos que se fazem atualmente do termo “cultura”, das dinâmicas classificatórias que nos questionam e mobilizam em torno do que é justo, belo, normal, desejável. Implicam saber quem fala, de que lugar se fala, que lugar de poder nos nomeia e determina os modelos que devemos seguir (2008, p. 24-25).

O espaço da educação infantil é local ideal para serem discutidos os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes em nossa sociedade relacionada com a sexualidade de cada um.

2.6 O perfil do profissional da educação infantil

Muito se tem dito ou pensado sobre que tipo de profissional que ser, ou ainda o perfil ideal para exerce com competência, ética e prazer pelo que faz, é com as experiências vividas

no cotidiano de cada trabalho que vamos no decorrer formando o nosso perfil profissional, e isto não tem nada a ver com a sexualidade de cada um, no caso do educador infantil, se tinha uma visão limitada e do senso comum que os perfis adequados a este profissional seriam correspondente as dons do sexo feminino, e que o homem que optasse por esse cargo só é aceito nas condições descritas por Teixeira (2010,p.)” a existência de homens-professores é aceita desde que detenham características “feminista” identificadas nas professoras: “amabilidade”, “afeto”, “cuidado”.” Na verdade estariam desfigurando o sentido educacional como primeira etapa da educação de um individuo.

O perfil atual do educador infantil é ser mediado das múltiplas linguagens existente neste espaço infantil, com dinamismos, ética, ludicidade fazendo do universo da criança um direito valido e uma aprendizagem significativa, o referencial para educação infantil diz que é preciso ter um perfil polivalente para atuar na educação infantil, ou seja: “Ser polivalente significa que o professor cabe trabalhar com conteúdos de natureza diversas que abrangem desde os cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes dos diversos conhecimentos” (BRASIL, 1998, p.43)

Para isto é preciso o professor está comprometido com sua prática pedagógica, com espaço que está inserido, com o contexto de suas crianças, e das suas famílias. Madanela Freire ressalta quando o educador: “é quem trabalha essa prática, reflexivamente, nela imerso. Educador é todo aquele que confere e convive com esses conhecimentos “escondido” dentro de processos humanos, e através disto define o seu ofício” (1940, p.95).

Então o papel do educador infantil não é aplicar método e técnicas para se desenvolvidas com as crianças, através das rotinas que são estabelecidas, mas sim ser um profissional em formação, pesquisador, reflexivo da sua prática, construindo juntamente com as crianças o conhecimento no processo estético, lúdico, criativo e teórico, porque o espaço da Educação Infantil de desenvolvimento tanto por parte da criança como do profissional que está sempre em construção, e com as próprias crianças os profissionais aprendem como Redin (2007,p.89) afirma abaixo:

As crianças são excelentes referencias para buscar novas alternativas, problemas vivos para investigar, sem contar que possuem características de ludicidade, fantasia, curiosidade, atividade, condições que levam a criatividade e a inovação, evitando o endurecimento e a estagnação; estar aberto a permitir-se andar por caminhos inexplorados, desconstruindo estereótipos, práticas arraigadas e dadas como corretas e imutáveis.

No momento que o profissional desta área entende sua função dentro deste espaço infantil, estará dando valorização ao seu trabalho profissional, como estará de acordo com a lei, e de acordo com os documentos da educação referentes à educação infantil, porém: “Num contexto assim pensado e organizado, promovemos a construção da autonomia moral e intelectual das crianças, estimulamos sua curiosidade, as auxiliamos a formar idéias próprias das coisas e do mundo que as cercam, possibilitando-lhes interações cada vez complexas”. (HORN, 2007, p.105).

3. METODOLOGIA

Com base nos objetivos almejados para desenvolver este trabalho de cunho teórico, sobre como são consideradas as questões de gênero na educação infantil realizamos uma pesquisa prática com observações nas instituições de ensino infantil na rede pública e privada utilizando uma abordagem qualitativa descritiva, objetivando identificar uma reflexão sobre o homem como professor de Educação Infantil, visto que este espaço é extremamente feminino e o masculino não tem um lugar de destaque no estado da Paraíba.

Quanto à abordagem da análise dos dados coletados diante da aplicação dos questionários com coordenadoras e gestoras das instituições infantis na cidade de Campina Grande-PB foi feita uma pesquisa qualitativa. De acordo com MINAYO (1994,p.21) a pesquisa qualitativa responde a questão muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes[...]. Daí, a necessidade nesse estudo de estabelecermos uma compreensão dos dados coletados sobre os informes contidos na fala das entrevistadas.

Realizou-se um levantamento junto à secretaria de educação da Prefeitura Municipal de Campina Grande, referente à inserção da presença de professores do sexo masculino na educação infantil onde foi verificado que possuía 25 instituições na cidade, e em apenas duas delas havia um professor do sexo masculino exercendo o papel de educador infantil. Incluímos estas duas instituições para ser aplicado os questionários, ainda abrangemos três escolas da rede pública que não tinha a presença deste profissional, e mais duas da rede privada para entendermos as tendências sobre o gênero e educação no ensino infantil da cidade de Campina Grande.

Todos os contatos foi a partir de um agendamento por telefone com as gestoras e coordenadoras das instituições.

Os instrumentos de coletas de dados se deu com a aplicação de questionários estruturados com as seguintes perguntas: 1- Aqui existe professores (educadores) no ensino infantil?; 2- Você aceitaria um professor no ensino infantil na sua instituição? Por quê?; 3- Existe preconceito de gênero com “homens” educadores no ensino infantil? Por quê?; 4- A educação infantil ainda é considerada profissão de mulher. Você concorda com essa afirmação? Por quê? e 5- Em relação à família das crianças, elas interferem para aceitação de educadores (homens) como cuidador nas creches de nossa cidade?

4. RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

As informações obtidas por meio dos questionários com as gestoras e coordenadoras da educação infantil da cidade de Campina Grande, teve como resultado exitoso diante do que foi proposto pelos objetivos.

Os nomes das gestoras e das coordenadoras serão preservados por uma questão de ética e no mesmo será identificadas aqui neste trabalho referente às cores do arco-íris, as cores que contém na bandeira do movimento GLTB. Sendo as primeiras cores representadas pelas instituições públicas e as duas ultimas cores representadas pelas instituições da rede privada.

Com resultados da questão 1, foi formulado um quadro 1, tendo como resultado apenas dois profissionais do sexo masculino atuando nos espaço do ensino infantil, sendo vinte e cinco instituições distribuídas em vários bairros da cidade na rede pública, enquanto na rede privada nem sinal desta possibilidade, reafirmando o que os teóricos apontam sobre marca da feminização presente no magistério.

PROFISSIONAIS DO SEXO MASCULINO EXISTENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE		
INSTITUIÇÃO COORDENADA POR:	EXISTE	NÃO EXISTE
Vermelho		X
Laranja		X
Amarelo:		X
Verde	X	
Azul	X	
Anil		X
Violeta		X

Ainda nesta questão, as gestoras das redes públicas fizeram uma referência ao um colega de trabalho nesta área, que durante aos encontros de formação pedagógica um profissional competente, que desenvolve sua prática pedagógica conversavam sobre o mundo do trabalho educativo onde se observa com ética e profissionalismo atuação do professor, essa referência se deu ao profissional da instituição de cor verde. E durante a aplicação do questionário nesta instituição da cor que referimos, ela faz sua referência a mais um professor do sexo masculino na instituição de cor azul.

O sim, foi o resultado de todas as respostas na questão 2 - Você aceitaria um professor no ensino infantil na sua instituição? Por quê?

As gestoras de redes públicas não veem problema em aceitar em suas instituições profissionais do sexo masculino no momento que tem uma visão que este cargo não é atribuição de um determinado gênero e sim, sua habilitação e competência, como vimos nas respostas; para gestora de cor vermelha quando afirma que: *“não vejo em que o gênero iria alterar o desempenho do profissional”*, a de cor Laranja, reafirma na sua resposta: *“porque o que vale é o profissionalismo, a capacidade de cada um e não o gênero”*.

Para gestora de cor Amarelo, trás na sua resposta a importância que a presença deste profissional na educação infantil, quando diz: *“acredito que a figura masculina traria um significado relevante no desenvolvimento da criança, na sua formação de valores”*. A gestora verde vem com as mesmas ideias da importância da figura do professor na educação da gestora anterior, porém ressalta o que vimos no referencial teórico o processo histórico da marca da feminização do magistério, quando diz: *“sabemos que historicamente a profissão de educador principalmente da ed. Básica sempre foi destinado ao sexo feminino, no entanto, acredito que o lado profissional, o compromisso do educador independe do sexo”*. A figura masculina na instituição especificamente neste segmento proporciona uma relação de segurança, afetividade, contribuindo de forma significativa com a formação de valores das crianças.

A gestora de cor Azul responde: *“não tenho preconceito de gênero, já vivenciamos estas experiências na instituição, pois há 17 anos existe um professor atuando em sala de aula, como também outro já esteve exercendo suas funções aqui”*.

Percebe-se que gestora Azul tem uma visão sobre as relações de gênero, afirmando que as experiências obtidas em sua instituição a qual é gestora foram à prova que o profissional da educação infantil não é referência de gênero sexual, e sim da sua prática pedagógica.

Para as coordenadoras de rede privada, se requeresse a formação e habilidades destes profissionais com as crianças pequenas, sabemos que a formação mínima para atuar na educação infantil é que o profissional deve ter ensino médio e ter feito curso nas instituições de ensino normal, e aos profissionais com curso superior em pedagogia com máximo, segundo a lei de diretrizes de base da educação.

Conforme foi as respostas, da coordenadora de cor Anil: *“se ele fosse habilitado a trabalhar com educação infantil, sabendo que teria que enfrentar o preconceito de alguns pais”*.

Enquanto que a coordenadora de cor Violeta diz: *“sem nenhum problema, acredito que o homem é tão capaz quanto à mulher desde que tenha formação para atuar na área e gosta de trabalhar com crianças”*.

Encontramos nestas duas últimas respostas da questão 2, uma preocupação dos profissionais que administram as instituições, a rejeição por parte pais, o que mais um requisito para seleção é o ato de gostar de criança, desvalorizando o perfil deste profissional de acordo com o Referencial Nacional da Educação Infantil (RCNEI), que traz que:

Nos resultados da questão 3 - Existe preconceito de gênero com “homens” educadores no ensino infantil? Por quê? Na formulação desta pergunta, o sentido de obter a resposta das indagações do item 2.5 Um olhar de gênero na educação infantil, na obtenção de um exemplo concreto de preconceito sofrido por homens na educação infantil, assim foi o resultado das redes públicas, quando suas gestoras tanto da cor Vermelho quanto a gestora da cor Amarelo responderam “não tenho conhecimento”, já a de cor Laranja não cita mas afirma que: “muitas pessoas ainda não aceitam, principalmente os pais”.

Vejam nas duas únicas instituições de rede públicas que tem a presença de profissionais do sexo masculino, a de cor Verde diz que: *“sim, por se tratar de uma educação voltada ao cuidar, ao espaço da mulher cuidando dos filhos, o papel do educador é confundido como extensão desta ação daí porque encontramos limitações do aceitar o masculino no exercício do magistério”*. Enquanto, que na instituição de cor Azul sentimos uma posição de confiança diante do seu profissional nas relações com toda a comunidade docente, discente e com a comunidade em geral, portanto ela diz: *“não, nesta instituição não, porém em outras infelizmente existe*. Percebemos a existência deste preconceito quando recebemos a visita de outros colegas de trabalho e questionam a presença do nosso colega de profissão na instituição.

Na primeira resposta confirma o que aborda no referencial teórico 2.3, que trata a questão sentido do cuidar associado como uma caracterização das atribuições do sexo feminino. Enquanto na segunda, a gestora sentiu esse preconceito por partes daqueles profissionais de fora ao ver nesta instituição a presença masculina.

Vamos encontrar nas respostas das coordenadoras da rede privada, o que Almeida (1998, p. 74) relata na citação: “[...] prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes as mulheres, [...]”, quando a de cor Anil não diz que já presenciou, mas sim poderá existir se houver aceitação por parte dela quando afirma que: *“É claro que sim, pois os pais e a direção vêem a educação infantil como o lado materno das educadoras. Exigindo assim das professoras mais afetividade, dedicação e cuidados atenciosos”*.

Para a coordenadora de cor Violeta: “sim, tem a questão de que o homem é menos delicado e por outro lado que homens não tem interesse por essa área. É mais questão cultural”. É o que vimos na citação de Júnior (2010, p, 26):

A masculinidade se vê associada, normalmente, a prática onde a tônica é a violência, a falta de cuidado com os outros e consigo mesmo. Ao masculino são associados aventura e o risco, que levam os homens a se colocarem em situações e a promoverem práticas que expõem a morte, ao acidentes e ao dano físico e psicológico.

A educação infantil no Brasil nasce praticamente sob paradigmas do movimento feminista, se pensava na igualdade de gênero, ou seja, todos teriam o direito a participa da vida política e pública, essa mentalidade ainda não ocorreu em nível de academia, e nem para os profissionais que estão envolvidos nesta área. Porém quando as gestoras e coordenadoras responderam não, com exceção da gestora de cor Anil que respondeu sim, quanto à afirmação na da questão 4 - A educação infantil ainda é considerada profissão de mulher. Você concorda com essa afirmação? Por quê?

Acrescentando as respostas de algumas delas, a gestora de cor Vermelha declara que: *“não vejo que só as mulheres devam trabalhar com a educação infantil, pois a criança tem a figura masculina como referencia do pai.*

A de cor Amarelo escreve: *“por que, estamos formando pessoas independentes dos gêneros, e isto é responsabilidade de “todos” os educadores”*. A gestora de cor Verde faz ainda referencia ao marco histórico para essa ideia quando argumenta que: *“historicamente a Ed. Infantil foi compreendida como extensão dos cuidados maternos sendo então compreendida a instituição creche como espaço do cuidar ação essa atribuída a figura feminina com a única compreensão acerca da concepção de infância e dos objetivos a serem alcançados na primeira infância não há restrição para assumir a função de educador para esse segmento”*.

E a gestora de cor Azul se deleita na resposta e diz: *“infelizmente a sociedade, ainda vê as instituições de Ed. Infantil como sendo um campo de trabalho feminino, no entanto, eu não concordo com esta afirmação, visto que, os homens são perfeitamente capazes de exercer a profissão com maestria e dedicação”*.

Na resposta da gestora de cor Anil, percebemos que ainda se encontra na ideia da concepção da década de 30, ou que não se teve acesso aos documentos, estudos, avanços diante da sua declaração que: *“sim, pois as educadoras tem que amar o que faz e expressar o*

seu lado materno”. Salvo pela resposta da gestora de cor Violeta que além de não concordar a afirma que: *“Já presenciei aula com professor no ensino infantil, onde os alunos interagem muito bem com ele”*. Assim citamos Madalena Freire que contribui diante dessa ideia ultrapassada,

A proposta é revitalizar, sempre, os processos humanos em fluxo de mais e melhor CONHECER as interações pessoa-pessoa, pessoa-objeto. A proposta é denunciar o estancamento desse fluxo vital que a escola expulsou e que devemos resgatar (FREIRE,1989,p. 98).

Na última questão de número 5, refere-se às influências das famílias das crianças para a aceitação, ou rejeição na educação dos seus filhos por parte de educadores do sexo masculino. A seguir a pergunta - Em relação à família das crianças, elas interferem para aceitação de educadores (homens) como cuidador nas creches de nossa cidade?

A primeira de cor Vermelho como já visto em resposta anteriores que não tem experiência, se senti confortável para dizer que: *“não é do meu conhecimento”*. A gestora de cor Laranja diz que: *“sim, muitos ainda não aceitam”*. Para a gestora de cor Amarelo diz que não teve também esta experiência, mas se acontecesse com ela acreditava que *“não haveria grandes dificuldades”*.

Verifica-se nas instituições que há presença dos educadores, na gestão de cor verde responde: *“não, é muito tranqüila o processo de aceitação das famílias. As mesmas não demonstram rejeição a nenhum educador; o que importa neste processo é o respeito, e a capacidade afetiva na convivência entre ambos.* O que surpreendeu foi na resposta da gestora de cor Azul que lamenta e nos consola dizendo que: *“sim, a família ainda olha com desconfiança para este profissional, no entanto, sua conduta diária e seu trabalho é determinante para aquisição do respeito e admiração destas famílias.*

Como afirma Carvalho (1998) que predomina uma visão maternal e feminina na docência no curso primário, colocando em relevo os aspectos formadores, relacionais, psicológicos, intuitivos e emocionais da profissão, frente aqueles aspectos socialmente identificados com a masculinidade, tais como a racionalidade, a impessoalidade, o profissionalismo, a técnica e o conhecimento científico.

Rabelo (2004) enfatiza que a profissão docente envolve *“todo um arcabouço histórico-social que alude a uma “vocação”, a uma missão que deveria ser mais importante do que a própria compensação financeira e que influencia o docente a pensar que é um “dom pessoal”*.

Estas duas últimas respostas confirmam porque a educação infantil é uma marca eminentemente feminina e aqueles que estão fora dos modelos de padrão convencionais, como a presença masculina na educação infantil são classificados por características da sua sexualidade.

Todavia, não se pode afirmar que a clássica divisão de papéis sociais entre homens e mulheres já se encontra totalmente superada.

Assim, a gestora de cor Anil adianta aos possíveis homens não escolherem a sua instituição sendo que: *“nesta instituição os pais são muito exigentes e requer das educadoras toda atenção e afetividade. Por esse motivo a direção se sente na obrigação de não aceitar educadores homens para atuar em sala de aula na educação infantil. Já temos profissionais homens na área de esportes e no ensino fundamental”*. E a gestora de cor Violeta classifica a condição do gênero masculino, por sua orientação sexual, já definida pelas famílias, ela diz que há influência sim: *“porque acham que para querer cuidar de crianças só sendo homossexual, e que esses são influencias negativa para as crianças”*.

Mesmo que esses sujeitos consigam desempenhar com desenvoltura essa função, quando passam a atuar nessa etapa da educação infantil, ficam sujeitos a uma gama de questionamentos e até mesmo de constrangimentos. Segundo a citação de Ramos & Xavier (2010,p.8) Ainda que o patriarcado tenha chegado ao fim nas sociedades ocidentais e os homens tenham assumido, de maneira menos machista, as atribuições relacionadas aos afazeres domésticos, ao cuidado e à educação dos filhos, há um olhar enviesado para aqueles poucos educadores que assumem, profissionalmente, a docência das crianças pequenas.

Ainda assim, “ao contrário do que reza a tradição cultural e lingüística, a “maternagem” não tem sexo” (BADINTER, 1985, p. 178). Como vemos o trabalho na Educação Infantil, especificamente no maternal se configura como uma construção histórica-social que por muito tempo foi propagado uma mentalidade de que o trabalho com crianças estava relacionado com o gênero feminino, porém, como afirma a autora o exercício da profissão nesta modalidade de ensino independe do sexo biológico.

5. CONCLUSÃO

Podemos analisar que ao longo do tempo o homem que exerce a docência em Educação Infantil encontra muitas dificuldades para exercer a profissão, que é predominada pelo feminino, porque vimos como se deu o processo de feminização da profissão docente, antecedido pelos movimentos feministas que estavam preocupados com a maior participação social, bem como, na luta de uma formação adequada para as mulheres. Entre outras palavras, a busca por autonomia feminina não foi uma tarefa fácil, mas sua inserção no mercado de trabalho e no contexto educacional, muitas vezes seguiu as orientações e ideologias da elite, que justificou que a mulher deveria ser professora, pois toda a sua composição social e biológica (professora e mãe) esta imbricada de uma dedicação no sentido de cuidar e educar as crianças. Sem deixar de levar em consideração que a profissão dava uma liberdade para estas mulheres terem sua vida pessoal (doméstica) e transporem os muros de suas casas, indo aos espaços destinados a educação sistemática.

Concluimos que exercendo a profissão docente teremos que demonstrar dedicação, paciência e empenho no fazer pedagógico independe ser do sexo masculino ou feminino, mas não implica dizer que devemos aceitar todas as imposições instituídas socialmente, porém, que se necessário lutemos para o nosso reconhecimento enquanto profissional na busca de salários dignos e condições de trabalho que permitam desenvolver um trabalho de qualidade.

Analisando o percurso feito durante as observações tanto no estágio como nos estudos diante desta pesquisa entendemos que devemos primeiramente compreender as crianças em sua totalidade, e ser um profissional competente, reflexivo, pesquisador na sua prática pedagógica, porém diante dos resultados coletados na pesquisa compreendemos este espaço de ensino na educação infantil ainda é composto por mulheres, e que as gestoras e as coordenadoras estão dispostas a aceitarem os profissionais do sexo masculino em suas instituições infantis. No entanto, terão que enfrentar a resistência por parte da direção e principalmente da família das crianças.

Com essa possibilidade de aceitação, o profissional, terá ainda políticas públicas que garante sua formação nesta área, respeite seus direitos civis, sem discriminação por sua orientação sexual ou identidade sexual.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres na escola**: algumas reflexões sobre o magistério feminino. Depto. de didática da faculdade de ciências e letras/UNESP- Araguara. cad.pes. São Paulo nº96.1996.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado – O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares nacionais para educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

_____. **Constituição Federal do Brasil**. São Paulo, S.P Editora escala, 2010.

_____. RCNEI. Referencial curricular nacional da educação infantil/ministério da educação e do desporto, secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.V.1.

CARVALHO, M. P. de **GÊNERO E POLÍTICA EDUCACIONAL EM TEMPO DE INCERTEZA**. In: HYPOLITO À. M; GANDIN, L. A. (orgs). Educação em tempos de incertezas: Belo Horizonte : Autentica , 2000.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE AGOSTO DE 2005(*)*. Define normas nacionais para a ampliação do Ensino.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **BRASIL SEM HOMOFOBIA**: Programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FREIRE, Madalena. **Dois olhares ao espaço-ação na pré-escola**: espaço e vida. In: sala de aula: que espaço é esse? MORAIS, Regis de (org.) 4ªed. Campinas, SP: Papirus, 1989, p. 95 a 98.

GRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

HORN, M da G. S. A construção do espaço e as diferentes linguagens. In: **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças** REDIN, Euclides. MÜLLER, Fernanda, REDIN, M.M.(org.). Porto Alegre, RS: mediação, 2007, p.105.

JÚNIOR. Durval Muniz Muniz de Albuquerque. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Chaliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima e NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.) **Gêneros e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Os primeiros passos da história da educação infantil no Brasil**. IN: Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PICAZIO, Cláudio. **Sexo secreto**: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo. Summus editorial Ltda, 1999.

PINTO, M & SARMENTO, M.J(Coords.) **As crianças: contexto e identidades**. Braga: Bezerra Editora, 1997.

RABELO, A. O. **A MEMÓRIA DAS NORMALISTAS DO INSTITUTO SARAH KUBITSCHKE DE CAMPO GRANDE/RJ**. Orientada pelo Professor Doutor em Filosofia Michel Angel Barrenechea. Monografia de Mestrado em Memória Social e Documentos. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2004 (125 p.).

RAMOS, Joaquim. XAVIER, Maria do Carmo. **A presença de educadores do sexo masculino e cuidado de crianças pequenas**. Apresentado na Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

REDIN, Euclides. MÜLLER, Fernanda, REDIN, M.M.(org.). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre, RS: mediação, 2007.

PIRES. J.M.A. **Violência na infância: aspectos clínicos**. In: AMENCAR(Org.) **Violência doméstica**. Brasília: Unicef, 1999.

SCHILLING, Flavia. **Saberes: bases teóricas para uma atuação inclusiva, inclusão/exclusão, dentro/fora: reflexões sobre a construção da ordem**. In: tecendo os fios da inclusão : caminhos do saber e do fazer. Eduardo Gomes Onofre, Maria Lindaci Gomes de Souza (org.). João Pessoa, PB. Editora universitária da UFPB, 2008.

SENADO FEDERAL. Secretaria especial de editoração e publicações subsecretaria de edições técnicas. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 3. Ed. Brasília: 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Editora Vozes.1994. Petrópolis, RJ.

TEXEIRA, Adla Betsaida M.. **“Magistério” do gênero: impactos da vida de discentes e docentes**. In: MACHADO, Chaliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima e NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.) **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.